

## **Ações realizadas em 1996**

A primeira ação efetiva do FUNDEPEC ocorreu em setembro de 1996, quando decidiu entrar com mandado de segurança contra o fechamento das divisas de Santa Catarina, quando este Estado e o Rio Grande do Sul se preparavam para efetuar a sorologia do seu rebanho para efeitos de reconhecimento como área livre de febre aftosa. A decisão foi tomada em face da não consulta ao setor privado para efetuar o fechamento da divisa e dos prejuízos que causariam aos produtores de gado de corte e suínos.

Em razão do episódio do fechamento da divisa de Santa Catarina e exclusão do Paraná do Circuito Sul para reconhecimento como área livre de aftosa, o FUNDEPEC promoveu reunião dia 6 de março de 1997, com a participação do Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, de representantes do Governo do Estado, representantes dos setores industrial e comercial, além de técnicos.

Desta reunião foi decidido que o Paraná necessitaria de uma grande esforço no sentido de reformular o seu sistema de defesa sanitária, em conjunto com a iniciativa privada, para poder reivindicar para o Estado o reconhecimento como área livre de febre aftosa e de outras epizootias.

Em consequência, o FUNDEPEC contratou em abril de 1997 uma consultoria para auxiliar a elaboração de um programa e de um novo sistema de defesa sanitária, abrangendo Governo e iniciativa privada.

Na reunião de 23 de abril de 1997, o FUNDEPEC reiniciou a discussão da reunião de 24 de setembro de 1996, a respeito da cobrança de taxas para dar suporte às ações de defesa sanitária.

Ainda nesta reunião de 23 de abril de 1997, foi aprovado o Programa de Qualidade e Competitividade - Defesa Agropecuária - Uma Proposta para o Estado do Paraná, que resultou na posterior criação do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária - CONESA.

Em 9 de junho de 1997 foi realizada reunião extraordinária, para discutir ações com a finalidade de agilizar a abertura de concurso para a contratação de novos técnicos para o sistema de defesa agropecuária do Estado. Na mesma ocasião, foi apreciado o andamento das gestões para a criação do CONESA. Durante a reunião, o FUNDEPEC decidiu enviar documento ao Secretário da Agricultura para agilizar as providências para a sorologia, visando obter o reconhecimento como área livre de aftosa em janeiro de 1998.

Dia 16 de junho de 1997 foi realizada reunião em Londrina, conjunta com autoridades e entidades do Mato Grosso do Sul, visando uma integração da defesa sanitária dos dois Estados. Na ocasião, o Presidente do FUNDEPEC anunciou que a Vice- Governadora havia encaminhado mensagem à Assembléia Legislativa para a criação dos cargos de técnicos no Departamento de Defesa Sanitária da Secretaria da Agricultura. Nesta reunião foi discutido a minuta do Estatuto do CONESA e a minuta do decreto de criação do Conselho.

Na reunião de 15 de outubro de 1997 foi analisada a minuta do regimento interno do CONESA e deliberou-se pela continuidade do FUNDEPEC , cuja ação foi reconhecida como indispensável para a obtenção dos avanços conseguidos em relação ao novo sistema de defesa. Nesta ocasião, decidiu-se, igualmente, que o FUNDEPEC abrangeria também o setor vegetal. Foi expedido um ofício ao Secretário da Agricultura, solicitando a interveniência para a realização de concurso para as vagas de técnicos em defesa sanitária criadas por lei, e outro pedido rigor no combate aos frigoríficos clandestinos. O Presidente anunciou que o SENAR nacional havia disponibilizado R\$ 200 mil para a realização de seminários de sensibilização de produtos e técnicos sobre o novo modelo de defesa agropecuária.

No dia 13 de novembro de 1997, com a presença do Diretor do Departamento de Fiscalização da Secretaria da Agricultura e do Secretário Executivo do CONESA, foi realizada reunião em que se discutiu a criação dos Conselhos Municipais e Intermunicipais de Sanidade Agropecuária. Novamente decidiu-se pressionar o Governo do Estado visando a contratação dos técnicos da defesa.

Também foi decidido sugerir ao CONESA a elaboração de um Plano Diretor com ações de curto, médio e longo prazos; a estrutura e regimento dos conselhos municipais e outras ações, tais como: combate aos frigoríficos clandestinos, barreiras para a importação de leite reconstituído da Argentina, e a campanha contra a aftosa para o exercício de 1998 já incorporando o esforço da iniciativa privada; discussão sobre a cadeia da carne, discussão do papel da extensão rural na defesa sanitária e na qualidade, bem como projeto para dotar os laboratórios do Estado de condições físicas e legais para integrar o sistema de defesa sanitária. Decidiu-se, também, reivindicar e acompanhar a liberação de recursos orçamentários para a defesa sanitária. Na mesma reunião, foi proposta a discussão do papel da CEASA e da padronização dos hortigrangeiros.

Na reunião de 8 de dezembro de 1997 foi discutido o Plano de Ação do sistema de defesa agropecuário para o exercício de 1998. Definiu-se o programa de grandes seminários regionais para conscientização e mobilização para criação dos conselhos municipais e para o programa de combate à aftosa. Foi apreciado a criação das câmaras técnicas do CONESA.